



OCUPA 114 – RESISTÊNCIA ESTUDANTIL EM UMA ESCOLA OCUPADA NA BAIXADA FLUMINENSE

Guilherme Xavier de Santana¹

Resumo

O presente trabalho tem o objetivo de fazer um resgate do fenômeno das ocupações de escolas que aconteceram no Chile em 2006, e no Brasil em 2015 e 2016. No Brasil citamos as conjunturas de São Paulo e Goiás, até chegarmos no Rio de Janeiro para falarmos da principal e mais longa ocupação de escola na Baixada Fluminense. Utilizamos como base de interpretação e análise dos fatos e organização políticas dos estudantes a teoria política anarquista.

Palavras chave: Educação – Movimento Estudantil – Ocupações de escola – Teoria libertária.

Abstract

The present work has the objective of making a rescue of the phenomenon of school occupations that happened in Chile in 2006, and in Brazil in 2015 and 2016. In Brazil we mention the conjunctures of São Paulo and Goiás, until we arrive in Rio de Janeiro to talk of the main and longest school occupation in Baixada Fluminense. We used the anarchist political theory as a basis for the interpretation and analysis of the students' political facts and organization.

Keywords: Education – Student Movement – School occupations – Libertarian theory.

Resumo

El objetivo del presente trabajo es presentar un rescate del fenómeno de las ocupaciones estudiantiles ocurridas en Chile en 2006 y en Brasil en 2015 y 2016. En Brasil, mencionamos las coyunturas de São Paulo y Goiás, hasta llegar a Rio de Janeiro para hablar de la principal y más larga ocupación escolar en Baixada Fluminense. Utilizamos la teoría política anarquista como base para la interpretación y el análisis de los hechos y la organización política de los estudiantes.

Palabras clave: Educación – Movimiento Estudiantil – Ocupaciones Estudiantiles – Teoría Libertaria

¹ Doutorando em História Comparada no Programa de Pós Graduação em História Comparada do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHC-IH-UFRJ); membro-pesquisador do Observatório do Trabalho na América Latina da UFRJ (OTAL-UFRJ) e do Coletivo de Pesquisas Decoloniais e Libertárias da UFRJ (CPDEL-UFRJ); Mestre em Educação no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE-UFRJ) na linha de Políticas e Instituições Educacionais; Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009). Atualmente é professor do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia. Home Page: <http://lattes.cnpq.br/0896696031328580>.

Introdução

As ocupações de escolas no Brasil foram um fenômeno de impacto no cenário político que até hoje reverbera dentro de debates na academia, nos movimentos sociais em geral e outros fóruns de discussão que buscam analisar táticas políticas de enfrentamento ao cenário de retrocessos nos últimos anos em diversas áreas, incluindo a educação.

Antes de mencionar o fenômeno que aconteceu no Brasil é importante dizer a respeito da mobilização dos estudantes chilenos que ocorreu em 2006 quando em todo país secundaristas ocuparam as unidades escolares contra medidas do governo que propunha reestruturar o ensino médio e privatizar alguns setores, revoltando os estudantes e gerando um movimento que se estendeu em todas as áreas do país vizinho.

A “Rebelião dos Pinguins”, como ficou conhecido o movimento de ocupações dos estudantes secundaristas, teve o seguinte contexto inicial que levou a insurreição estudantil:

(...) a primeira pauta de reivindicações dos estudantes era muito simples e carecia da dimensão política que veio a ganhar mais tarde. Constava principalmente dos seguintes itens: gratuidade do exame de seleção para a universidade, passe escolar grátis e sem restrições de horário para transporte municipal, melhoria e aumento da merenda escolar e reforma das instalações sanitárias em mau estado em muitas escolas. Essas questões foram quase imediatamente equacionadas ou atendidas pelo governo da presidenta Bachelet. Todavia, a ampliação do debate nas assembleias estudantis e a adesão de outros agentes políticos, como o sindicato docente, vieram dar maior profundidade e amplitude à pauta inicial, que passou a incluir, entre outros pontos, a anulação da Lei Orgânica Constitucional de Ensino (LOCE) e a modificação ou anulação da JEC² (ZIBAS, 2008, p. 202-203).

Podemos afirmar que o acontecimento no Chile influenciou diretamente o que estaria para ocorrer anos mais tarde no Brasil³, quando em 2015 os estudantes em São Paulo ocuparam suas unidades escolares contra o plano de reorganização escolar comandado pelo governador Geraldo Alckmin (na época filiado ao PSDB).

² JEC significa Jornada Escolar Completa. Uma modalidade similar ao ensino em tempo integral no Brasil.

³ Um fato que comprova essa influência é a própria palavra de ordem que muitos estudantes entoavam nas ruas como palavra de ordem: “Acabou a paz, isso aqui vai virar o Chile”. Tais palavras foram tão emblemáticas no período que o cineasta Carlos Pronzato gravou o documentário sobre o fenômeno estudantil intitulou o filme com a palavra de ordem. Documentário disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LK9Ri2prfNw&t=17s>. Acesso em 21 de agosto de 2022.

O plano do governo de São Paulo tinha como fim fechar diversas escolas na prática, o que gerou uma revolta das comunidades escolares, e como consequência toda a histórica mobilização estudantil que ocupou centenas de escolas em todo o estado como forma de protesto.

Após São Paulo tivemos as ocupações de escolas no estado de Goiás. Em nossas pesquisas descobrimos que,

A ocupação das escolas públicas em Goiás pelos estudantes, ocorridas em 2015 e 2016, foi uma resposta ao despacho nº 596/2015 (Goiás, 2015), à política do Estado que buscava adotar modelo de gestão das escolas públicas estaduais a partir de parceria por meio de contrato de gestão com entidades privadas, qualificadas como Organizações Sociais de Educação (OSs) (SOFIATI, MARQUES, FERREIRA, 2021).

Pouco tempo depois os ventos da primavera estudantil chegaram no Rio de Janeiro. Em março de 2016 é deflagrada a greve da rede estadual que dentre outras questões lutava contra o aumento do fator previdenciário, um corte de gastos nos serviços públicos em geral - principalmente na área de educação e saúde - e o atraso de pagamento de aposentados. Todas essas medidas faziam parte de um acordo chamado de Regime de Recuperação Fiscal (RRF)⁴.

É importante mencionar também que, conforme divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), entre os anos de 2008 e 2013, a gestão do Governo Sérgio Cabral concedeu cerca de 140 bilhões em isenções fiscais a empresas privadas que estabeleceram parcerias com o Governo em diversos setores⁵ – tudo isso na época em que a referida crise já afetava o Rio de Janeiro.

A greve que lutou contra essas políticas e pelas pautas mencionadas foi histórica pelo fato de ter uma adesão recorde. Segundo o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ), entre 70% e 80% da categoria paralisaram as atividades nos primeiros dias e semanas em todo o estado. É importante lembrar aqui que os números da adesão

⁴CONSELHO DE SUPERVISÃO DE PLANO DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro: Período 2017-2020** Monitoramento do Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro. [Rio de Janeiro], Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/55a-legislatura/intervencao-na-seguranca-publica-do-rio-de-janeiro/documentos/audiencias-publicas/ApresentaoConselhodeSupervisodoRegimedeRecuperaoFiscal030418.pdf>. Acesso em: 20 agosto 2022.

⁵<http://www.sinfrerj.com.br/comunicacao/destaques-imprensa/isencao-de-r-138-bilhoes-pagaria-servidores-do-estado-por-mais-de>

apresentados pela representação dos trabalhadores e pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro sempre divergiram⁶.

Outro fator que tornou essa greve da rede estadual em 2016 um evento ímpar foi a sua duração: foram quase 5 meses de paralisação. Esse forte movimento dos trabalhadores gerou alguns avanços nas pautas pedagógicas, mas terminou sem acordos nas questões econômicas que foram fundamentais para que a categoria tivesse paralisado suas atividades de uma forma como há décadas não ocorria.

A greve impulsionou o movimento dos estudantes e isso precisa ser dito antes de adentrarmos o assunto das ocupações de escola no contexto do Rio de Janeiro, que como podemos observar foram fatores conjunturais diferentes do fenômeno que aconteceu nos estados de São Paulo e Goiás.

A primeira escola ocupada foi o Colégio Estadual Prefeito Mendes de Moraes, localizada no bairro da Ilha do Governador, fato que se passou no dia 21 de março de 2016. Dentre as principais reivindicações dos estudantes constavam a falta de aparelhos de ar-condicionado, a superlotação das salas de aula (em média 50 alunos por sala, sem ventilação apropriada) e a falta de professores e de funcionários como porteiros e inspetores que foram demitidos e substituídos por trabalhadores da limpeza⁷. Além disso, muitas salas se encontravam em péssimas condições, apresentando goteiras e rachaduras e, assim como em muitas escolas da rede, o colégio não possuía sala de informática funcionando, dentre tantos outros motivos relatados.

Uma semana depois (dia 28 de março) o Colégio Estadual Gomes Freire de Andrade⁸, na Penha, foi o segundo no estado a ser ocupado. Nessa leva mais três instituições no dia 4 de

⁶LIMA NETO, Nelson. Sepe indica 70% de adesão no primeiro dia de greve no Estado; Secretaria de Educação fala em 3%. **Extra**, [Rio de Janeiro], 3 maio 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/servidor-publico/sepe-indica-70-de-adesao-no-primeiro-dia-de-greve-no-estado-secretaria-de-educacao-fala-em-3-18792665.html>. Acesso em: 20 agosto 2022.

⁷LINS, Artur; LEON, Rodrigo. Mobilização de estudantes do RJ: Primeira Escola Ocupada do Rio de Janeiro, a faísca contra o ajuste do Pezão. **Esquerda Diário**, [Rio de Janeiro], 22 mar. 2016. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Primeira-Escola-Ocupada-do-Rio-de-Janeiro-a-faisca-contr-o-ajuste-do-Pezao>. Acesso em: 21 agosto 2022.

⁸CORREA, Douglas. Estudantes ocupam mais três escolas da rede estadual do Rio de Janeiro. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 4 abr. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-04/rj-aumenta-para-cinco-escolas-da-rede-publica-ocupadas-por-alunos>. Acesso em: 21 agosto 2022.

abril foram ocupadas: colégio estadual Heitor Lira⁹ também localizado no bairro da Penha, o colégio Visconde de Cairu¹⁰, no Meier, além do colégio Euclides Paulo da Silva, em Maricá¹¹.

Com o passar dos dias e a mobilização avançando em todo estado, podemos afirmar que o ápice do movimento no Rio de Janeiro foi dia 20 de abril quando se somavam 72 escolas ocupadas, sendo 65 da rede estadual e o restante de unidades da FAETEC (AZEVEDO, 2018, p. 58).

Vamos agora contextualizar o processo de ocupação e alguns aspectos importantes da mobilização que aconteceu no CIEP 114, em São João de Meriti.

Ocupa 114 – Antecedentes

Enquanto docente da rede pública estadual podemos afirmar que tive o privilégio de obter algumas informações que se não atuasse enquanto professor conseguiria. Dito isso, é importante alertar que no momento que escrevo o presente trabalho estou professor de sociologia da rede estadual do Rio de Janeiro, e dei aula em diversas escolas da cidade de São João de Meriti^{12 13} sendo o CIEP 114 – Maria Gavázio Martins a unidade escolar que fiquei mais tempo – exatamente entre os anos de 2014 e 2019. Portanto, acompanhei de perto o processo que culminou na ocupação da escola em abril de 2016 e os relatos no trecho do

⁹ESTUDANTES ocupam a terceira escola estadual no Rio. **Estado de Minas**, Rio de Janeiro, 4 abr. 2016. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2016/04/04/interna_nacional,749913/estudantes-ocupam-a-terceira-escola-estadual-no-rio.shtml. Acesso em: 21 agosto 2022.

¹⁰UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. RJ: Colégio Visconde de Cairu é ocupado por estudantes contra precarização: Mobilização dos secundaristas denuncia descaso do governo estadual, que abandonou escola. **UBES**, [s. l.], 4 abr. 2016. Disponível em: <http://ubes.org.br/2016/rj-colegio-visconde-de-cairu-e-ocupado-por-estudantes-contraprecarizacao/>. Acesso em: 21 agosto 2022.

¹¹G1. Estudantes ocupam Escola Estadual Euclides Paulo da Silva, em Maricá Alunos pedem melhorias na estrutura e ensino de qualidade: Cinco unidades estão ocupadas no estado do Rio. **G1**, [Maricá, RJ], 5 abr. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2016/04/estudantes-ocupam-escola-estadual-euclides-paulo-da-silva-em-marica-rj.html>. Acesso em: 21 agosto 2022.

¹²São João de Meriti é uma cidade localizada na Baixada Fluminense, região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Segundo fontes oficiais do IBGE a população do município a partir do Censo de 2010 era de 458.673 pessoas e a estimativa é de que em 2021 a população estaria por volta de 473.385 pessoas. A densidade populacional de São Joao corresponde a 13.024,56 hab/km². Em 2012 saiu reportagem chamando o local de “formigueiro das Américas” por possuir a maior densidade populacional do país. Cf. ABDALA, Vitor. Cidade com maior densidade populacional do país, São João de Meriti (RJ) terá quatro candidatos a prefeito. **UOL**, Rio de Janeiro, 21 set. 2012. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2012/noticias/2012/09/21/cidade-com-maior-densidade-populacional-do-pais-sao-joao-de-meriti-rj-tera-quatro-candidatos-a-prefeito.htm>. Acesso em: 22 agosto 2022 .

¹³IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **[São João de Meriti]**. IBGE, [20--]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-joao-de-meriti/panorama>. Acesso em: 22 agosto 2022 .

trabalho serão em primeira pessoa em alguns momentos devido à inevitável posição de testemunha ocular do fenômeno.

A respeito da metodologia aplicada além da história comparada como uma das bases teóricas, a leitura das postagens em redes sociais e outros materiais em modo virtual, realizamos três entrevistas em novembro do ano de 2021 por meio da plataforma virtual Google Meet. Preferimos deixar os nomes dos ex-secundaristas em anonimato por questão de segurança, por isso colocamos apenas as letras iniciais do nome e um dos sobrenomes.

As entrevistas se basearam nas seguintes questões para todos os estudantes: 1) quais motivos, as pautas e as possíveis influências que vocês tiveram para ocupar a escola?; 2) quais formas de organização que existiam internamente e durante a ocupação? Como é que os estudantes se organizavam durante o período da ocupação?; 3) como se deram as relações com a comunidade escolar? Ou seja, com a comunidade escolar que inclui: professores, funcionários da escola, estudantes em geral, familiares, vizinhança, direção?; 4) quais as principais diferenças da dinâmica da escola ocupada e a escola no período letivo normal?; 5) quais as dificuldades encontraram durante o período que estiveram ocupando a escola?

Ocupa 114 – História da ocupação de um CIEP na Baixada Fluminense

Começaremos essa parte falando sobre o projeto dos CIEPs (Centro Integrado de Educação Pública) no estado do Rio de Janeiro na década de 1980. Idealizado pelo antropólogo e secretário de educação estadual Darcy Ribeiro no governo Brizola, os colégios inicialmente possuíam uma política extremamente inovadora e ousada para o período, com educação integral (escola funcionando todos os três turnos e com atividades no contra turno), estrutura de esporte e lazer, equipamentos de saúde básica como atendimento odontológico e primeiros socorros, dentre outros detalhes.

Ao todo foram construídas 500 unidades de CIEPs em todo o estado. O projeto também tinha um projeto pedagógico único e com uma organização escolar padronizada, para evitar a diferença de qualidade entre as escolas¹⁴.

¹⁴MENEZES, Ebenezer Takuno de. CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública). In: **Dicionário Interativo da Educação Brasileira**. EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/cieps-centros-integrados-de-educacao-publica/>. Acesso em: 21 agosto 2022 .

Ao longo do tempo foi alvo de críticas e a partir dos anos 1990 quando mudaram os governos o projeto foi sendo abandonado, sucateado e atualmente poucos CIEPs possuem uma estrutura digna para quem estuda e trabalha nas unidades¹⁵.

Um último ponto que merece destaque a respeito da política atual dos CIEPs no estado do Rio de Janeiro se refere à coexistência de turmas do ensino médio e ensino fundamental - principalmente fora da capital do estado. Na capital as unidades escolares são utilizadas somente pelo ensino médio ou existem num regime de compartilhamento do espaço escolar. Sendo assim, o ensino fundamental ficando a cargo da secretaria municipal de educação.

Na Baixada Fluminense e outras cidades do interior os CIEPs atendem não só ao público do ensino médio mas de idades menores pois os municípios não conseguem absorver a demanda de jovens do ensino fundamental somente com as escolas municipais das redes locais.

Logo, nos CIEPs fora da capital e principalmente no interior do estado é a SEEDUC que acompanha e faz a política do ensino fundamental dessas unidades escolares. O CIEP 114 se enquadra nesse perfil de escola que possui o regime híbrido: com turmas do ensino fundamental e ensino médio no cotidiano. Vamos falar mais a frente sobre a participação dos estudantes do ensino fundamental durante a mobilização política e ocupação da escola.

Podemos dizer que os antecedentes da ocupação do CIEP 114 coincidem com a minha chegada como professor concursado na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. Assumi minha primeira matrícula exatamente no início do ano letivo de 2014.

Naquele ano enfrentamos uma greve extremamente difícil na rede, num contexto de mobilizações que persistiram depois do já mencionado ano de rebeliões populares de 2013 em especial no Rio de Janeiro, ano de Copa do Mundo, eleições pros executivos estadual e federal, e podemos dizer que muitas questões políticas mal resolvidas desde a greve de 2013 que acabaram forçando a categoria a entrar em greve em 2014 novamente.

Além disso, internamente no CIEP 114 acontecia algo que não ocorria há muitos anos: uma eleição para grêmio estudantil. Durante algumas semanas essa pauta mobilizou a escola.

A disputa para conquistar o grêmio da escola ficou entre duas chapas. No fim a chapa que venceu o pleito era composta por estudantes do 3º ano em sua maioria e após o fim do ano saíram da escola, abrindo espaço para outros estudantes ocuparem o espaço político do grêmio no ano de 2015. E foi o que aconteceu.

¹⁵Como professor da rede estadual desde 2014 que trabalhou em sete unidades de CIEPs em São João de Meriti, confirmo essa condição dita no texto.

Portanto em 2015 o grêmio estudantil do CIEP 114 foi sendo construído por estudantes que não venceram o pleito no ano anterior – a maioria dos estudantes da chapa que venceu se formaram e saíram da escola, como já dito - mas estavam dispostos a fazer atividades. Isso gerou atrito entre integrantes do grêmio e a direção da escola ao longo de alguns meses do ano de 2015.

Esse conflito entre estudantes e a equipe que dirigia a escola é expressa no depoimento do estudante L.D. da seguinte forma:

Na virada do ano de 2014 pra 2015 teve aquela guerra todo do Grêmio. A gente perdeu e tudo mais. A gente fez uma ocupação simbólica dentro da sala do Grêmio. A nós seria destinada só de papéis, com as reivindicações dos alunos dizendo que tipo de escola que você queria. E os estudantes colocaram: “Ah. eu queria que a 903 voltasse pra manhã.” “Ah. eu quero uma escola com a merenda melhor.” “Ah. eu quero uma escola com isso, com aquilo.” E tudo mais. Beleza. As diretoras desse colégio fizeram daquilo como se fosse um pandemônio. Entendeu? Elas fizeram uma espetacularização tão desnecessária daquilo. Um terror psicológico tão grande em cima dos estudantes. Um terror psicológico, inclusive, eu tinha vivido antes no colégio antecessor (L.D. estudante que ocupou o CIEP 114 em 2016).

Avançando um pouco no ano de 2015 e com o contexto de mobilização estudantil em São Paulo sendo noticiada, no qual centenas de escolas estavam sendo ocupadas, alguns docentes decidiram fazer uma atividade no fim do ano com algumas turmas do CIEP passando o filme “Acabou a paz, isso aqui vai virar o Chile” de Carlos Pronzato retratando a mobilização estudantil no estado naquele mesmo ano.

Foi uma atividade interessante, seguida de debate a respeito do que é o papel na escola na vida de estudantes e das pessoas que vivem seu cotidiano de forma direta ou indireta, compondo o que chamamos de comunidade escolar.

O ano de 2016 se iniciou com muitas incertezas dentro da categoria diante da conjuntura complicada, e com o atrito ainda existente entre os estudantes que construíram (ou tentaram) o grêmio estudantil da escola e a equipe diretora. Somado a essa conjuntura na escola no início de março - exatamente no dia dois daquele mês - a assembleia de profissionais da educação decretava o início da greve.

Imediatamente no dia seguinte a aprovação da greve da rede estadual os estudantes do CIEP 114 fizeram algo inédito: um protesto a favor da greve e por melhores condições nas escolas pelas ruas de Vilar dos Telles. Os relatos de antigos professores e até moradores da

região era de que nunca os estudantes daquela escola tinham se mobilizado politicamente daquela forma, ao ponto de ir a rua de forma autônoma e com pautas definidas.

No dia 13 de abril com muita insistência dos estudantes a escola foi ocupada. A cobertura da página do facebook aponta que não foi sem repressão e muito menos feito um acordo com a direção da escola. Após o momento de ocupação, é importante dizer que o estabelecimento político e a organização do espaço são pontos fundamentais para sustentar o movimento. Os relatos são de que algumas questões contribuíram para formalizar o espaço político: a comunidade ao entorno não foi contrária, alguns pais, estudantes e docentes foram lá apoiar logo nas primeiras horas com alimentos e questões básicas de limpeza, os estudantes já buscaram fazer uma assembleia para começar as atividades e apresentar a pauta política do movimento OCUPA 114.

Ao longo dos primeiros dias e semanas a escola foi bastante visitada, ocorriam diversas atividades, muita doação de alimento e coisas básicas de limpeza, professores de diversas escolas não só da região mas de outras cidades e até docentes universitários se propuseram a dar aulas e atividades com debates aos estudantes. Ou seja, a agenda da escola estava cheia e não faltava atividades educacionais no meio da luta por direitos e uma escola melhor para toda a comunidade do entorno do CIEP 114.

Por fim, cabe ressaltar uma curiosidade e peculiaridade da ocupação do CIEP 114: a escola teve uma participação intensa de estudantes do ensino fundamental durante o período que teve a mobilização. No período que estivemos em greve e aconteceram as ocupações de escola, percorremos cerca de 20 escolas ocupadas na capital e área metropolitana, e somente no CIEP 114 observamos um contingente considerável de jovens do 6ª até o 9º ano construindo e frequentando a ocupação. Acharmos significativo deixar registrado esse fato pois as conquistas citadas tiveram participação direta desses jovens que aprenderam lutando por algo que nenhuma outra escola teve como experiência.

No dia 5 de junho começa oficialmente a acontecer a desocupação de forma parcial, com os estudantes ocupando parte da escola e as atividades cotidianas de aulas, inclusive com docentes que não estavam em greve, voltando ao trabalho.

Autogestão e apoio mútuo na Ocupa 114

A teoria política anarquista servirá de base para analisarmos as táticas e estratégias políticas que os estudantes utilizaram no período de luta e resistência na ocupação do CIEP 114. Justificamos fazer uma análise libertária entendendo que desde a forma de protestar em ocupar a escola, sem ligações com partidos políticos e nem lideranças institucionais partidárias, além

de construir o movimento interno durante a escola ocupada de forma descentralizada, por meio de comissões e tendo apoio dos mais diversos, sem também ter alguma ligação com mandatos ou personagens da política.

Nesse cenário o diálogo direto com princípios anarquistas como ação direta, autonomia política, democracia direta, horizontalidade, autogestão e apoio mútuo servem como analogia à organização dos estudantes durante o processo de luta em 2016 não só nessa escola, mas em diversas unidades escolares do Rio de Janeiro e do país para construir a luta contra as políticas educacionais.

Entendemos que os conceitos e a prática política de autogestão e apoio mútuo serão fundamentais para embasar nossos argumentos. Segundo o teórico e militante anarquista René Berthier (2002),

Autogestão é, antes de tudo o meio de pôr em aplicação o princípio: a emancipação dos trabalhadores será a obra dos trabalhadores. Isso implica estruturas organizacionais que permitem a aplicação desse princípio. Essas estruturas são, de saída, essencialmente organismos de base que permitem a expressão de todos os trabalhadores, simultaneamente no plano da empresa e no local de moradia. Vemos, então, já uma primeira característica da autogestão segundo os anarco-sindicalistas; ela é, desde as estruturas elementares da sociedade (empresa, localidade), simultaneamente econômica e política (BERTHIER, 2002, p. 61/62).

Já Wallace de Moraes (2018) explica que a prática autogestionária e sua ligação com a teoria anarquista se dá da seguinte forma:

(...) os anarquistas acreditam no autogoverno ou autogestão. Se partimos da premissa segundo a qual devamos ser governados, logo entendemos que não temos capacidade de autogoverno. Com esta assertiva, está todo o fundamento da autoridade e da tutela contra a qual os anarquistas lutam. Toda forma de governo será sempre uma imposição de uns sobre outros, atentando contra a liberdade dos governados. Mesmo que o governo tenha boas intenções, ele sempre se sustentará na miragem de que os governados são incapazes de autogovernar-se e/ou necessitam de controle.

No sentido oposto, os anarquistas defendem a livre associação entre os indivíduos para gerirem o produto de seu trabalho e todas as demais questões da sociedade em comunas livres, sem patrão, Estado, ou qualquer forma de opressão. Eles devem constituir-se pela livre associação entre os indivíduos. Ou seja, as pessoas escolhem aquelas com as quais querem associar-se e criar ou manter algum tipo de produção para a sociedade. A junção de diversas comunas comporá a federação. O anarquismo defende os fundamentos do federalismo como forma de organização social. Ademais, o preceito da autodeterminação dos povos é fundamental para a teoria anarquista e viabiliza a superação do capitalismo e suas formas de opressão” (MORAES, 2018, p. 34).

Já o conceito de ajuda mútua foi consagrado pelo anarquista russo Piotr Kropotkin. O geógrafo e militante revela que a ajuda mútua “é o fundamento necessário da vida cotidiana”. Kropotkin mostra em sua obra que, ao longo da trajetória humana, esse apoio foi central para fortalecer os laços entre as camadas mais baixas e oprimidas na sociedade (KROPOTKIN, 2009).

Ainda sobre o conceito de ajuda mútua, de acordo com Moraes (2016):

Kropotkin, ao fazer a defesa da ajuda mútua, amparado nos estudos antropológicos, fica habilitado para sustentar o comunismo-anarquista, caracterizado pela solidariedade e pelo livre entendimento das pessoas, sem a necessidade de uma instituição que contenha seus sentidos utilitaristas (MORAES, 2016, p. 117).

Assim, acreditamos que o conceito de ajuda mútua apresenta reflexões que nos levam às práticas, no que tange aos diversos movimentos sociais, incluindo o movimento estudantil e secundarista que ocupou as escolas, e nesse caso específico o CIEP 114. A solidariedade, como aspecto de fortalecimento da luta por direitos e busca por emancipação na trajetória e desenvolvimento da humanidade, são fatores de evolução, segundo Kropotkin.

Nessa parte iremos apresentar de forma breve a forma de organização interna da ocupação e como se deu a construção de apoio entre os estudantes da Ocupa 114 com outros atores sociais que apoiavam o movimento. Para isso as entrevistas foram um material precioso no andamento desse trecho do trabalho.

Para falar sobre as diferenças entre a gestão da escola durante a ocupação, começamos com a fala do estudante A.L. que descreve assim a divisão de tarefas na Ocupa 114:

Era tipo um rodízio, né? Vamos dizer assim. A gente... Por exemplo, hoje eu ficava... Eu fiquei... Quando a gente começou a receber uns ataques aí funcionava assim: hoje eu ficava na vigilância. Observando tudo, não lá embaixo, porque por conta de ter as grades, alguém poderia tacar pedra e botar a cara. Alguém poderia sei lá, disparar algum tiro. Não sei. Então a gente ficava lá em cima e a gente conseguia ter uma visão mais ampla da escola. De quem tava passando. Então tipo: hoje eu fiquei na madrugada. Eu acho que o único local no qual eu não fui... Não. Acho que cheguei a ir sim. Foi à cozinha. Mas... Então foi assim. Aí. Hoje alguém ficava na cozinha. Por um tempo... No comecinho ficou pai de aluno. E depois foram outras pessoas que também estudavam na escola lá, na cozinha. Mas hoje alguém tava na cozinha. Amanhã essa pessoa tava no banheiro. Limpando banheiro ou recebendo os professores. Recebendo é a pessoa que queriam visitar. Que queriam entender mais um... É... É... Como que a gente tá se autogerindo? Como que a gente tá é levando aquilo ali pra frente? É. Então, era assim (A.L. estudante que ocupou o CIEP 114 em 2016).

Outra fala interessante e que expressa como se deu na prática essa autogestão na escola ocupada é da estudante H.B. que disserta sobre o assunto da seguinte maneira:

A gente dividia tudo, né? A princípio, assim, porque era bastante pessoas. Então tinha... Todo mundo fazia tudo. Todo mundo fazia tudo. A gente... É algumas pessoas ficavam na parte de segurança até mesmo pra gente. Aí outras pessoas pegavam e faziam outras tarefas. No final que foi ficando um pouco cansativo pra quem tava desde o começo. Sabe? Mas a gente se organizava... É, assim, a gente fazia as nossas reuniões toda sexta-feira. Eu acho que o L.D., né, ele ia pra outras escolas. Participou até da ocupação da SEEDUC também. Então a gente tinha essa informação também de outros lugares. De como funcionava outros lugares. Como estavam sendo feita a ocupação em outros lugares. Lá era tudo muito... Tudo meio que interligado (H.B. estudante que ocupou o CIEP 114 em 2016).

E sobre a divisão de tarefas especificamente, H.B. detalha que,

A gente se voluntariava, né, pras coisas. Assim eu gostava mais de ficar na cozinha. Aí eu fazia parte da cozinha. E aí eu poderia me voluntariar e fazer uma outra parte que seria arrumar os corredores. Sabe? A gente se dividia muito dessa maneira de se voluntariar pra fazer as coisas. Porque eu designar a pessoa fazer alguma coisa eu acho que não cai muito legal, ainda mais a gente tendo lá por vontade própria. E sabe? Tipo: “Ah. Você vai fazer isso”. “Você vai fazer aquilo”. Não. Era mais uma questão de se voluntariar pra fazer as coisas porque era necessário. Todo mundo tinha que fazer alguma coisa. Não dava pra uma pessoa só (H.B. estudante que ocupou o CIEP 114 em 2016).

Os estudantes também deram relatos interessantes comparando a gestão da direção escolar antes da ocupação e a autogestão estudantil. A seguir temos um bom resumo como os estudantes enxergaram esse panorama comparando as gestões da escola:

Muitas coisas eu aprendi na ocupação. Coisas que... Assim eu jamais aprenderia na escola quando eu tava no ano letivo normal. No período letivo. É são várias coisas que são... Assim... Não é... É escondida da gente. Coisas que assim. “Ah, vocês não precisam saber disso. Um dia vocês vão saber se você procurar”. Sabe? Não era coisa que era... A informação que era dada pra gente. Então assim, era muito mais didático na ocupação. Tudo era muito mais didático. Tudo era muito mais fácil de ser explicado. Tudo era muito abertamente falado. Sabe? Sem aquele receio de ser oprimido por alguém. É... Não sei se tu me entendeu. Sabe? Então, assim, na ocupação a gente tinha uma liberdade pra poder falar tudo. Tinha mais liberdade pra poder questionar. Já no ano letivo a gente fica muito preso a nota. A gente fica muito preso a provas. Então é sempre aquela coisa de você é... Como é que fala? É tipo gravar e reproduzir. Sabe? É guardar, memorizar e reproduzir. E é sempre essa mesma dinâmica. Sempre isso. E tipo assim. Você fica muito preso a isso.

Quero gravar isso, porque vai cair na prova. Entendeu? (H.B. estudante que ocupou o CIEP 114 em 2016).

Com relação aos diferentes apoios já citamos alguns no capítulo anterior de forma genérica e que consistiu basicamente em grupos de docentes em geral, movimentos sociais dos mais diversos, atores sociais como artistas e outras pessoas de forma individualizada ou de maneira coletiva, além de familiares e vizinhos das respectivas escolas ocupadas.

No CIEP 114 a dinâmica de apoios mútuos se deu por meio de familiares e vizinhança da seguinte forma como narram os estudantes.

Muitos pais de estudantes vinham na escola pra ver o que que o estudante tava comendo. Pra ver o que que era... Tinha pai que vinha fazer comida. Isso que eles ficavam quase louco, velho. Porque tinha gente que vinha pra ver a qualidade de colégio que eles estudavam. Né? Mas a nossa relação com a nossa família, no começo eles até apoiavam. Continuaram com ela até o final da ocupação (L.D. estudante que ocupou o CIEP 114 em 2016).

Por último vale citar o apoio de estudantes de diversas escolas vizinhas ao CIEP na região de São João de Meriti. Nas nossas pesquisas de acompanhamento das atividades no sentido tanto presencial na época quanto na internet, além das entrevistas, enumeramos as escolas que pertenciam alguns dos estudantes que ajudaram e até construíram o movimento Ocupa 114. Portanto tivemos alunos e alunas das seguintes escolas de São João de Meriti fortalecendo a ocupação: CIEP175¹⁶, CIEP 169, CIEP 179, Colégio Estadual Regina Célia dos Reis de Oliveira¹⁷, e estudantes do Colégio Martim Luther King (que é uma escola privada próxima ao CIEP que fechou suas portas alguns anos depois).

Com relação a apoio de estudantes de outras instituições fora de São João de Meriti nosso trabalho verificou que tivemos a participação de jovens do Colégio Estadual Mendes de Moraes, do Colégio Estadual Central do Brasil, estudantes da FAETEC de Bacaxá e até ex-secundaristas que estudaram e atuaram nas ocupações alguns meses antes em São Paulo.

Um último aspecto que também vale salientar nessa parte do artigo é a respeito do caráter de pertencimento ao espaço escolar que os estudantes adotaram durante a ocupação,

¹⁶Os estudantes do CIEP 175 que também se localiza no mesmo bairro do CIEP 114 em São João de Meriti tentaram ocupar a escola mas houve negociação com a direção e o movimento não vingou naquele colégio. A tentativa de ocupação durou menos de um dia.

¹⁷O Colégio Regina Célia – localizado no bairro da Venda Velha em São João de Meriti - foi ocupado por alguns dias e com apoio de estudantes do CIEP 114. Mas a repressão do estado e o pouco apoio da comunidade no entorno da escola foram extremamente decisivas para a desocupação acontecer.

coisa que não tínhamos assistido nunca no CIEP 114 enquanto profissionais da educação. A escola foi extremamente bem cuidada, limpa e estava muito bem organizada.

Conclusão

Nosso artigo começou fazendo uma retrospectiva a respeito do movimento de ocupações de escola no Chile em 2006. Após isso resgatamos os contextos onde aconteceram as mobilizações estudantis no Brasil. Primeiramente em São Paulo em 2015, e depois Goiás na virada dos anos 2015 e 2016.

Depois adentramos na conjuntura do Rio de Janeiro, a greve da categoria da educação e o início das ocupações de escola em março de 2016. O CIEP 114 foi ocupado dia 13 de abril e a resistência estudantil na escola aconteceu até o início do mês de junho. Depois aprofundamos a análise da ocupação do CIEP 114, a organização estudantil e os aspectos políticos que reforçaram a resistência dos estudantes dialogando com a teoria política anarquista.

A prática libertária se aproxima muito do que esses jovens buscaram fazer quando foram a luta por direitos e por uma escola melhor, mais humana e mais inclusiva no sentido amplo da palavra. Ou como alguns estudantes diziam: uma escola mais participativa e democrática. Naquele instante a escola era deles e com suas regras colocadas em prática, sempre debatidas entre os próprios. Isso é incontestável na nossa avaliação.

Finalizamos reforçando que nossa pesquisa teve uma contribuição central do relato dos estudantes que participaram, foram protagonistas e construíram um movimento que até hoje deveria servir de exemplo aos movimentos sociais dentro do campo da educação ou de forma ampliada. Em um contexto de avanço de personagens da extrema direita que possuem a carreira docente como inimigos e trata movimentos sociais de terroristas, aprender com a mobilização estudantil cuja construção se deu de forma autônoma, a partir da ação direta e auto-organização popular é algo que necessita estar no horizonte de quem busca uma transformação social, mesmo que seja num momento político complexo e de refluxo nas lutas em geral.

Referências:

AZEVEDO, Rafael Sá Rego de. **“A Escola é Nossa”**: uma abordagem territorial da experiência das escolas ocupadas. 2018. 174 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

BERTHIER, René. Concepções Anarco-sindicalistas da Autogestão. In: LEVAL, Gaston; BERTHIER, René; MINTZ, Frank. **Autogestão e anarquismo**. São Paulo: Editora Imaginário, 2002. p. 61-74.

MORAES, Wallace de. Teses da teoria da política anarco-comunista – reflexões a partir do pensamento de Kropotkin. In: MORAES, Wallace de; JOURDAN, Camila (Org.). **Teoria política anarquista e libertária**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2016.

MORAES, Wallace de. Governados por quem? Diferentes plutocracias nas histórias políticas de Brasil e Venezuela. Curitiba: Prismas, 2018.

SOFIATI, Flávio Munhoz; MARQUES, José Elias Domingos Costa; FERREIRA, João Roberto Resende. Ocupações secundaristas em Goiânia: formação e experiências políticas das/os jovens. *Linhas Críticas*, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, v. 27, pp. 1-20. 2021.

ZIBAS, Dagmar M. L. “A Revolta dos Pinguins” e o novo pacto educacional chileno. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 38, maio/ago. 2008.